

QUANDO A DESIGUALDADE RACIAL LEVA AO RACISMO INSTITUCIONAL: UMA INVESTIGAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

WHEN RACIAL INEQUALITY LEADS TO INSTITUTIONAL RACISM: AN INVESTIGATION IN THE METROPOLITAN REGION OF SALVADOR

André Luís Vitório da Silva¹

Sara Braga de Melo Fadigas²

Emmanuelle Fonseca Marinho de Anias Daltro³

Recebido em 01/04/2023

Aprovado em 23/06/2023

RESUMO

O mito da igualdade racial atribuiu cegueira a diversas análises qualitativas que buscaram compreender o papel da população negra na sociedade brasileira. Este trabalho tem por objetivo descrever a situação dos negros e negras no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, por meio da identificação da situação de renda de negros e negras na RMS no ano de 2015 e da relação entre a dimensão raça e os índices de ocupação entre negros e não negros na RMS. Por meio de um estudo bibliográfico e documental de abordagem quantitativa, este estudo investigou as dimensões de gênero e raça na leitura racial para a compreensão dos fenômenos identificados na Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador. Concluiu-se que a estrutura racista da sociedade tem influências no mercado de trabalho, ao registrar os piores índices de renda e condição de atividades para homens negros e mulheres negras, o que se constitui como racismo institucional e sistêmico.

Palavras-chave: Racismo; Mercado de Trabalho; Gênero.

ABSTRACT

The myth of racial equality has blinded several qualitative analyses that sought to understand the role of the black population in Brazilian society. This work aims to describe the situation of black men and women in the labor market of the Metropolitan Region of Salvador, by identifying the income situation of black men and women in the RMS in the year 2015 and the relationship between the race dimension and the occupation rates among blacks and non-blacks in the RMS. Through a bibliographic and documentary study with a quantitative approach, this study investigated the dimensions of gender and race in the racial reading for the understanding of the phenomena identified in the Employment

¹ Bacharel e Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: admvitorio1@gmail.com

² Bacharela e Mestra em Ciências Sociais, Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: sarafadigas@gmail.com

³ Bacharela em Enfermagem pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Mestra em Gestão Social e Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: daltroemmanuelle@gmail.com

and Unemployment Survey in the Metropolitan Region of Salvador. It was concluded that the racist structure of society has influences on the labor market by recording the worst rates of income and activity condition for black men and black women, which is constituted as institutional and systemic racism.

Keywords: Racism; Labor Market; Gender

INTRODUÇÃO

Falar em desigualdade por uma perspectiva crítica no Brasil requer um trabalho multidimensional, pois a construção social da população brasileira se constitui, de maneira geral, em diferentes níveis de segregações que perpassam gênero, classe social, religião, ideologia política e, de maneira estrutural, a raça. A desigualdade racial no Brasil é uma realidade que se evidencia nas mais diversas esferas da sociedade, desde a questão do encarceramento até a leitura das condições relativas à saúde coletiva, quando se utiliza da cor da pele como dimensão de análise, pode-se identificar que a população negra se encontra em posições desfavorecidas no que se entende como igualdade social.

Neste trabalho, define-se raça como a divisão tradicional dos grupos humanos, determinada pelo conjunto de caracteres físicos hereditários, principalmente as características observáveis ou fenótipos, como a cor da pele, formato da cabeça, tipo de cabelo, dentre outros. Ressalta-se que a categorização racial é uma construção social que reforça a discriminação e alimenta as diferenças sociais, cria e mantém a hostilidade entre os grupos humanos, mesmo não havendo fundamentação científica que justifique tal processo.

Face a tal construção, o racismo no mercado de trabalho confere a raça o status de categoria válida para a explicação e compreensão das desigualdades sociais. A desigualdade racial, que outrora fora tratada como um mito no Brasil, escamoteou os diversos problemas que se originaram na não resolução das questões sociais e psicológicas do racismo. Dentre estes problemas, evidenciam-se as diferenças sociais entre negros e não negros no mercado de trabalho, sendo os primeiros associados diretamente a posições hierárquicas inferiores, além de receber salários inferiores quando comparados aos salários de outros grupos étnicos que realizam as mesmas funções. O sistema de desigualdade racial pautou-se na estrutura constituindo-se no que já se teoriza como racismo institucional e racismo sistêmico, compreendidos como barreiras institucionais e/ou sistêmicas que os negros e as negras enfrentam nas estruturas públicas e/ou privadas

para exercerem e desfrutarem as posições de privilégios que os brancos ocupam no Brasil.

O racismo institucional e o racismo sistêmico, reduzem a possibilidade de pessoas serem tratadas como iguais em todas as esferas institucionais, afetando negativamente as oportunidades de vida da população negra. Ressalta-se, entretanto, que o racismo é um fenômeno global, onde as discriminações resultam do circuito excludente do capital, logo, não é um problema exclusivo do Brasil. Contudo, os efeitos do racismo são severamente perversos em países que se encontram à periferia do circuito deste capital ou nos países subdesenvolvidos, o que amplifica a relevância do fenômeno, de forma análoga às periferias das periferias, caso do Brasil e de forma endógena da Região Nordeste do Brasil.

Adotando-se a Região Metropolitana de Salvador (RMS) como recorte da periferia Brasileira, notam-se problemas estruturais que efetivamente se agravam na presença do racismo institucional, dentre eles as inferiores taxas de emprego e renda entre negros e negras, quando comparadas aos não negros, sendo este o problema observado neste trabalho.

Destarte, diante das questões evidenciadas, pergunta-se: **Existe relação estruturante entre raça e emprego/desemprego na RMS?** Este trabalho, portanto, tem o objetivo de descrever a situação dos negros e negras no mercado de trabalho da RMS, por meio da identificação da situação de renda de negros e negras na RMS no ano de 2015 e da relação entre a dimensão raça e os índices de ocupação entre negros e não negros na RMS.

Para construir a análise foram utilizados os dados referentes à inserção da população negra no mercado de trabalho da RMS em 2015 resultantes da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), que produziu informações sobre o dinamismo da estrutura do mercado de trabalho da região, utilizando uma leitura mensal e sistemática sobre emprego, desemprego e rendimento. Ressalta-se que trabalhos que discorreram sobre o mesmo tema, em outras séries temporais, como De Carvalho e Pereira (2008) foram tomados como base afim de conservar uma estrutura passível de comparação em trabalhos futuros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

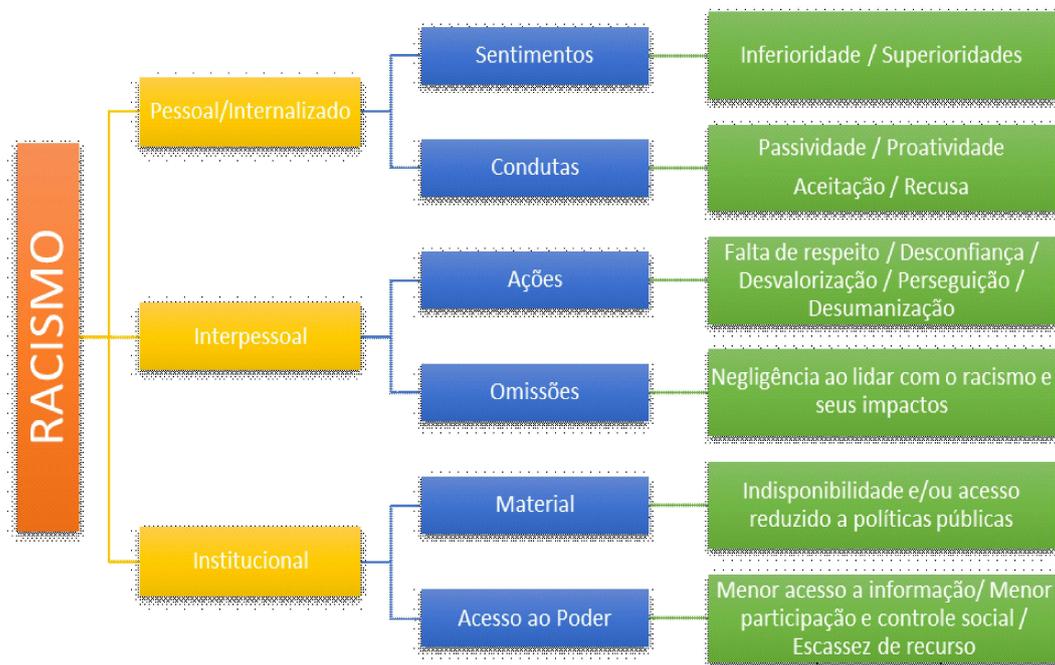
Os conceitos de racismo e de racismo institucional vêm sendo discutidos e reformulados na literatura, ao longo dos anos, por diversas áreas do conhecimento, principalmente a Biologia, Sociologia, Psicologia e Antropologia (MOORE, 2007; CUNHA, 2004; BOBBIO ET AL, 1992;

ALMEIDA JUNIOR, 2010; HALL, 1978; RIBEIRO, 2001; WERNECK, 2013.). De forma similar, diversos autores como Furtado (1970), Jaccoud e Beghin (2002), Holanda (1999), Singer (1975), Kowarick (1994) e Hasenbalg (1979), discorreram sobre o tema enfatizando a inserção do negro no mercado de trabalho no Brasil.

Para Moore (2007), um dos grandes problemas para a compreensão do racismo enquanto fenômeno é o fato de que parte significativa da literatura sobre a questão racial dá preferência à análise partindo do século XVI, tomando-se como referências as grandes navegações e o processo de colonização. Entretanto, o autor conclui que o entendimento do racismo ao longo da história depende “da possibilidade que temos de captar suas dinâmicas cambiantes e adaptativas, como forma de consciência e catalogá-las em marcos conceituais suficientemente flexíveis e amplos para poder traduzir a sua concretude” (MOORE, 2007, p. 247). A leitura complexa do preconceito racial fora elaborada por Cunha (2004) ao desenvolver a tese de que o racismo pode ser postulado em três premissas, a saber: (i) caráter metamórfico, tendo o racismo o caráter necessariamente plural; (ii) caráter temporal, no qual o racismo não pode ser lido como um fenômeno recente e (iii) espacialidade, onde o racismo não é uma construção específica de um povo.

É importante perceber, ao refletir sobre tais apontamentos, como o racismo transcende as ações pontuais comumente evidenciadas nas relações sociais, tendo sua gênese ligada aos processos constitutivos da sociedade. Almeida Junior (2010), sugere que “é comum compreender o racismo como ideologia, ou doutrina”, sendo que a dificuldade dos intelectuais brasileiros em tratar do racismo como categoria analítica advém da limitação epistemológica ao tentar construir a sua definição. Para Werneck e colaboradores (2013, p.11), “pela sua complexidade, o racismo deve ser analisado como um sistema, uma vez que se organiza e se desenvolve através de estruturas, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e populações”, atuando em diferentes níveis, conforme detalhado na Figura 1.

Figura 2 – Sistema Analítico do Racismo



Fonte: Werneck (2013), adaptado de Jones (2002).

Bobbio e outros autores (1992), definem que o racismo é o uso político de algumas leituras pseudocientíficas, levando à crença da superioridade de uma raça sobre as outras. De acordo com os autores, o racismo seria um conjunto de teorias e crenças que estabelece uma hierarquia entre raças e etnias como forma de justificativa para a violência proveniente da intolerância, escravização, expulsão, discriminação, xenofobia e perseguição, dentre outras. Trazendo tal reflexão para a estrutura da conformação social brasileira, faz-se necessário um esforço analítico para evidenciar a influência que cerca de 380 anos de escravização do povo preto teve nas relações de trabalho no Brasil.

De acordo com Ribeiro (2001), o racismo no Brasil se deu de maneira “assimilacionista”, modo que autor utiliza para definir o “aspecto perverso” desenvolvido pela sociedade brasileira, que se assenta numa aparente tranquilidade racial quando, em verdade, o que existe é o mito da igualdade racial. Neste cenário velado, o que se observa é uma estrutura que desarma o negro no intuito de que o mesmo não reconheça as condições de violência extrema as quais está submetido e aceite de forma passiva a pobreza que lhe é imposta. Para o autor, o assimilacionismo cria uma atmosfera de fluidez nas relações inter-raciais, contudo dissuade o negro para luta específica (RIBEIRO, 2001).

Conforme identificado, a marginalização do povo negro dá -se na estrutura da formação da sociedade brasileira. A formação econômica, por exemplo, pautou-se na confluência de fatores que tornou desejável para as elites econômicas a utilização de mão-de-obra de origem europeia em nossas terras. Uma das justificativas foi a consideração do excedente populacional na Europa, em especial na Itália, aliada a iniciativa do governo brasileiro em assumir o financiamento do transporte dos imigrantes europeus a partir de 1870, o que reduziu os custos deste tipo de transação (FURTADO,1970). A concepção de que a utilização de mão de obra europeia favoreceria os processos de acumulação no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, outra justificativa mais recente, destaca aspectos estruturais numa perspectiva histórica do desenvolvimento das forças produtivas.

O processo de abolição e de substituição do trabalho escravo pelo do imigrante é percebido, desse ponto de vista, como inexorável, pois a escravidão representaria, no final do século XIX, um obstáculo à acumulação do capital. Mais do que uma decisão racional do empresário capitalista, a passagem da escravidão ao trabalho livre parece ser parte de um processo mais amplo de reestruturação econômica e social, mas também de um aprofundamento da in-serção da economia brasileira no contexto mundial (SINGER, 1975, p. 353).

292

Kowarik (1994) apresenta um estudo investigativo sobre a origem do trabalho livre no Brasil no qual traz dados que ratificam a interpretação de Singer (1975). Segundo o autor, a substituição da mão-de-obra escrava pela dos imigrantes começou em 1888, cerca de 30 anos após a abolição da escravidão. De acordo com os dados disponíveis, entre 1864 e 1887 o número de escravos no país diminuiu de 1,7 milhões para 720 mil, enquanto que entre 1872 e 1881, 218 mil imigrantes entraram no Brasil (KOWARIK, 1994, p. 46-47, p. 71). A porcentagem de escravos no total da população, que era de mais de 50% no início do século XIX, foi, dessa forma, reduzida a 16%, em 1874, alguns anos antes do fim da escravidão.

Essas justificativas associadas a outros fatores como a consolidação de uma leitura eurocêntrica de sociedade, que seria, segundo detentores de poder, a alternativa modernizante para o Brasil, deixou à margem negros recém libertos. As ideias que tomavam o Brasil pós abolição foram determinantes para a estruturação do mercado de trabalho até os dias de hoje, pois, naquele momento, determinou-se a mão de obra branca europeia como a necessária para o desenvolvimento econômico do país em detrimento dos trabalhadores nacionais, a saber: nativos livres,

considerados avessos ao trabalho regular, e negros e negras, tidos como indolentes pelas constantes fugas e revoltas durante a escravização, logo, inapropriada para a relação assalariada. Tal escolha pautou a determinação de mão-de-obra europeia para o Brasil e serviu, também, como ponte para a tentativa do processo de embranquecimento da nação, fenômeno já em curso naquele momento.

O perfil de ocupação da força de trabalho assumiu, portanto, este aspecto baseado em um modelo onde a mão-de-obra imigrante ocupa-se, cada vez mais, da produção de café. Neste cenário, uma parte crescente da população de escravos libertos foi obrigada a dedicar-se à economia de subsistência e, como lhes foi negado o acesso à terra, ocuparam as cidades desenhando as primeiras conformações da classe urbana subempregada no Brasil, como ressalta Hasenbalg (1979):

Impregnada como estava de matizes racistas, essa política resultou não apenas na marginalização de negros e mulatos no Sudeste, mas também reforçou o padrão de distribuição regional de brancos e não-brancos que se desenvolvera durante o regime escravista. Como consequência, uma maioria de população não-branca permaneceu fora do Sudeste, na região economicamente mais atrasada do país, onde as oportunidades educacionais e ocupacionais eram muito limitadas (HASENBALG, 1979, p. 167).

293

Hall (1978) constrói a noção de que raça é a modalidade na qual a classe é vivida, evidenciando o quanto as relações sociais podem ser traduzidas por meio das questões de raça. Para o autor, onde há grupos raciais diferentes ocupando o mesmo espaço territorial as relações se dão de maneiras similares, sendo que o grupo dominante, frequentemente detentor dos meios de produção, tende a excluir os outros grupos. Ainda de acordo com Hall (1978), a produção da pobreza é razão inerente do modo como o racismo incide sobre direitos sociais, principalmente no que se refere aos direitos de proteção social.

Para Jaccoud e Beghin (2002), o processo de exclusão é referendado em vários espaços da vida social, refletindo os baixos índices de protagonismo de negros e negras. Tal condição é evidente nos postos de trabalho no Brasil, nos quais os negros estão diretamente associados às posições subalternizadas, reforçando um estigma que inibe o negro no desenvolvimento de suas potencialidades na busca por igualdades de oportunidades, o que resulta por fortalecer o processo de exclusão ao qual está submetido, atingindo, desta forma, a dimensão psicológica do racismo.

De acordo com Holanda (1999), o racismo no Brasil não contém o elemento eugênico que se manifesta em outros países. No cenário brasileiro, a miscigenação dissipou o surgimento de conflitos de natureza exclusivamente racial, o que resultou por escamotear a questão do racismo nas relações de trabalho. Porém, o fenômeno do racismo se revela quando é atribuído aos negros e negras o trabalho vil, tal como na escravização, bem como a aversão ao trabalho - um aspecto dessa ligação refratária ao trabalho escravo (HOLANDA, 1999, p.55-56).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para descrever a situação dos negros e negras no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, por meio da identificação da situação de renda de negros e negras na RMS no ano de 2015 e da relação entre a dimensão raça e os índices de ocupação entre negros e não negros na RMS, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental.

Trata-se de uma pesquisa exploratória (GIL, 1991), com abordagem quantitativa, que valeu-se de técnicas estatísticas para análise da base de dados secundários da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS) que reúne informações sobre o dinamismo da estrutura do mercado de trabalho da região, utilizando uma leitura mensal e sistemática sobre emprego, desemprego e rendimento.

A principal justificativa para escolha desta base é a possibilidade de se fazer um recorte racial na leitura dos dados, sendo que as informações que resultam deste recorte são valiosas para descrever a situação dos negros e negras no mercado trabalho, além de possibilitar uma leitura da estrutura racial do trabalho na RMS.

A PED-RMS utiliza a coleta mensalmente de informações, por meio de entrevistas com residentes de 10 anos de idade ou mais. São aplicados cerca de 9.000 questionários/mês, totalizado 2.500 domicílios da RMS.

A PED-RMS usa como unidade amostral o domicílio da área urbana dos dez municípios que a compõem a RMS, a saber: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Os municípios são subdivididos em 17 distritos, 22 subdistritos, 165 zonas de informação (ZI) e 2.243 setores censitários (SC). Por meio de sorteio se produz uma amostra em dois estágios: os SC sorteados dentro da ZI e a cada domicílio dentro de cada SC.

Técnica e Modelo de Análise

Admitindo que a técnica de análise está objetivamente ligada ao objetivo da pesquisa, este trabalho utiliza a sumarização. Tal escolha é suportada por Toledo e Ovalle (1994) ao sugerirem que a análise dos dados estatísticos está ligada essencialmente ao cálculo de medidas com a função principal de descrever fenômenos, possibilitando que o conjunto de dados amostrais possam ser resumidos por meio da estatística descritiva.

O recurso à números, estatísticas e indicadores é de fundamental importância no campo das lutas sociais, como as questões de raça e classe, pois tais números são capazes traduzir para outras esferas as condições vividas pela realidade e, conseqüentemente, fundamentar demandas específicas. Diferentes organizações da sociedade civil se utilizam desses indicadores seja para obtenção de recursos ou para embasamento de suas lutas. Na questão racial no mercado de trabalho, a construção de indicadores é o caminho para a evidência das disparidades de raça que cercam este ambiente. De acordo com Merry (2011):

Um indicador permite uma transição da ambiguidade para a certeza; da teoria para fatos; e da variação complexa e contextual, para a veracidade comparável dos números. Em outras palavras, o processo político de julgar e avaliar é transformado em assunto técnico de medição e contagem pelo trabalho de especialistas diligentes. Práticas de medição de fenômenos que são facilmente contados, como dinheiro ou inventários de bens, são transplantadas para domínios muito menos suscetíveis de quantificação, como a frequência de tortura ou a prevalência de doenças. Tecnologias de conhecimento desenvolvidas na esfera econômica movem-se com dificuldade dentro destes novos campos.” (MERRY, 2011, p. S88)

295

São inegáveis as utilidades dos indicadores no que se refere à circulação do que eles evidenciam. Quando traduzidos para linguagens cotidianas, eles são lidos por diferentes sociedades pois ao assumir uma linguagem comum possibilitam estabelecer diálogos com outras entidades e campos do conhecimento. Indicadores são ferramentas que permitem a observação e apoiam análises de alternativas ao que está posto, quando o interesse é de mudança.

A adoção de indicadores é formada por partes de um processo amplo de monitoramento e avaliação, portanto, se mostra adequado às questões sociais, pela necessidade empírica e por possibilitar participação dos agentes envolvidos na sua formulação.

Este trabalho buscou identificar indicadores que tratam do racismo institucional em outros estudos, tomando-os como referência para a análise proposta. Os critérios propostos por Franco et al. (2000) serviram de norte para a execução do trabalho atentando-se para o objetivo em tela. As definições adotadas neste trabalho apoiam-se no pressuposto de que os indicadores deverão ressaltar a vigência, pertinência e adequação das iniciativas de eliminação do racismo institucional.

Na pesquisa, População em Idade Ativa (PIA) corresponde à população com dez anos ou mais, sendo a População Economicamente Ativa (PEA) a parcela da PIA ocupada ou desempregada. O PED-RMS categorizou como ocupados os indivíduos que possuem: trabalho remunerado exercido regularmente; trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluindo-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias. Ainda, incluindo aqueles que possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho. Para desempregados foram incluídos aqueles que estão em 1 - Desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias. 2 - Desemprego oculto: (a) por trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular, eventualmente, algum trabalho e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou o fizeram até 12 meses atrás; (b) por desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente nos últimos 12 meses. Inativos (maiores de dez anos) correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

Para a conceituação de rendimentos usou-se a captação dos rendimentos (sem descontos de imposto de renda e previdência) efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados que se referem ao mercado de trabalho demonstram que a participação da parcela negra na População Economicamente Ativa

(PEA), ficou em relativa estabilidade, entre 2014 e 2015, ao passar de 92,4% para 92,3%. Nesse mesmo período, a parcela negra da PEA manteve estável sua representação no contingente de ocupados em 92,0%, enquanto reduziu sua presença entre os desempregados, de 94,2% para 93,6%. Apesar da redução de 1,9%, ainda é possível se observar a absurda preponderância de negros e negras no contingente de desempregados.

Tabela 1: Distribuição da População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupados e Inativos na Região Metropolitana de Salvador

Condição de Atividade	Total	Negra			Não-negra		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
2011							
População em Idade Ativa (10 Anos e Mais)	100,0	88,8	48,3	40,5	11,2	6,5	4,8
População Economicamente Ativa	100,0	89,0	42,4	46,5	11,0	5,4	5,6
Ocupados	100,0	88,4	40,5	48,0	11,6	5,5	6,1
Desempregados	100,0	92,0	53,2	38,7	8,0	5,1	(1)
Inativos	100,0	88,5	55,8	32,7	11,5	7,8	3,7
2012							
População em Idade Ativa (10 Anos e Mais)	100,0	90,2	48,2	42,0	9,8	5,6	4,3
População Economicamente Ativa	100,0	90,4	43,0	47,5	9,6	4,7	4,8
Ocupados	100,0	90,0	40,9	49,1	10,0	4,8	5,2
Desempregados	100,0	92,6	52,7	39,9	7,4	4,4	2,9
Inativos	100,0	89,8	56,0	33,8	10,2	6,7	3,5
2013							
População em Idade Ativa (10 Anos e Mais)	100,0	91,4	49,7	41,7	8,6	4,8	3,8
População Economicamente Ativa	100,0	91,7	44,4	47,3	8,3	4,1	4,2
Ocupados	100,0	91,1	41,9	49,2	8,9	4,2	4,7
Desempregados	100,0	94,0	55,3	38,7	6,0	3,6	2,4
Inativos	100,0	91,1	57,5	33,6	8,9	5,8	3,2
2014							
População em Idade Ativa (10 Anos e Mais)	100,0	92,3	50,1	42,1	7,7	4,3	3,4
População Economicamente Ativa	100,0	92,4	44,3	48,1	7,6	3,7	3,9
Ocupados	100,0	92,0	42,7	49,3	8,0	3,7	4,2
Desempregados	100,0	94,2	52,2	42,0	5,8	3,4	2,4
Inativos	100,0	92,1	58,4	33,8	7,9	5,2	2,6
2015							
População em Idade Ativa (10 Anos e Mais)	100,0	92,4	50,3	42,1	7,6	4,2	3,3
População Economicamente Ativa	100,0	92,3	43,9	48,4	7,7	3,7	4,0
Ocupados	100,0	92,0	42,8	49,3	8,0	3,8	4,2
Desempregados	100,0	93,6	48,8	44,8	6,4	3,5	2,9
Inativos	100,0	92,6	58,8	33,8	7,4	4,9	2,5

Fonte: PED-RMS (2015).

É observável que as taxas de desemprego aumentaram no decorrer da série apresentada pela Tabela1, além da queda do rendimento médio, ambos resultados dos efeitos da crise econômica enfrentada a partir de 2011. Trazendo um recorte de gênero, os indicadores para as mulheres negras demonstram impactos menos intensos devido à diminuição da força de trabalho feminina no mercado de trabalho e ao aumento da jornada média, o que pode ser lido como uma retração no mercado.

Ainda, conforme dados expostos pela Tabela 1, no ano de 2015, a PEA da Região Metropolitana de Salvador diminuiu em 25 mil pessoas, em relação ao ano anterior, passando de 1.870 mil pessoas para 1.845 mil. A retração do mercado foi percebida de forma aguda pela população negra, pois estes foram os trabalhadores que saíram do mercado de trabalho – considerando que o número de trabalhadores não negros não teve alterações significantes. Neste momento, o estudo releva a importância do recorte interseccional, demonstrando que raça e gênero precisam estar no centro dos debates acerca de igualdade social. As mulheres negras foram as mais atingidas por este processo de retração, pois no ano em questão foi verificada a redução de 19 mil mulheres na População Economicamente Ativa, já a retração no contingente masculino representou, aproximadamente, $\frac{1}{4}$ deste valor, totalizando menos 5 mil homens negros na PEA.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é um dos fatores que podem explicar a diminuição da população negra na PEA. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgados por meio do documento “Desenvolvimento Humano para Além das Médias” (2017), só em 2010, o IDHM dos negros alcançou a pontuação (0,679), valor que já havia sido atingido pelos não negros no ano 2000, quando se registrava 0,675.

O desenvolvimento humano dos não negros registrou em 2010, de acordo com o PNUD, o índice de 0,777, número 14,42% maior que o da população negra. No ano 2000, a diferença era de 27,1%. O indicador varia de zero a 1, onde quanto mais próximo de 1, melhor o IDHM, e mede a qualidade de vida para além da renda, ao levar em conta indicadores de saúde e educação.

A RMS está entre as regiões com as maiores diferenças entre negro e brancos no que se refere ao IDHM, ocupando a sétima posição nesse ranking da desigualdade. Os indicadores identificados pelo IDHM da RMS são sentidos diretamente nas retrações ou expansões do mercado de trabalho, pois, o que é medido é condição determinante para a inserção no mercado, como nível educacional, por exemplo. Nesta leitura, os efeitos do mercado de trabalho são consequência do que chamamos de racismo sistêmico, onde as condições de vida da população negra são vertiginosamente mais degradadas do que a população não negra, emprego e renda são demarcadores deste processo. Gerando um ciclo que se estende por séculos no Brasil.

A dinâmica dessa variação representou para o contingente de desempregados um aumento de 6,2%, sendo 5,5% entre os negros e 16,4% entre os não negros. É importante salientar que o contingente de desempregados não negro era pequeno em relação ao negro, o que torna a variação de 16,4% visualmente expressiva, mas não reflete em números globais grandes diferenças na situação geral. O que é importante evidenciar aqui é o aumento de 18 mil homens negros no contingente de trabalhadores desempregados enquanto o número de homens não negros teve um acréscimo de 2 mil trabalhadores.

O aumento da taxa de desemprego total foi causado pelo decréscimo da ocupação em proporção superior à redução da PEA que passou de 17,4%, em 2014, para 18,7%, no ano de 2015. A taxa de desemprego da população negra aumentou de 17,8% para 18,9% e a dos não negros cresceu de 13,3% para 15,5%. Entre os negros, a taxa de desemprego dos homens elevou-se de 15,2% para 17,3%.

Tabela 2: Taxas de Desemprego e de Participação, por Raça/Cor e Sexo Região Metropolitana de Salvador - 2012 – 2015

Taxas	Total	Em porcentagem					
		Negros			Não Negros		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Taxas de Desemprego							
2012	17,7	18,1	21,7	14,9	13,6	16,5	10,8
2013	18,3	18,8	22,9	15,0	13,2	16,2	10,4
2014	17,4	17,8	20,5	15,2	13,3	16,2	10,6
2015	18,7	18,9	20,7	17,3	15,5	17,4	13,7
Taxas de Participação							
2012	59,8	60,0	53,3	67,6	58,2	51,2	67,3
2013	59,5	59,7	53,2	67,5	57,9	51,0	66,4
2014	58,7	58,8	51,9	66,9	57,8	50,0	67,8
2015	56,9	56,8	49,6	65,4	57,8	50,1	67,5

Fonte: PED-RMS (2015)

Ainda que as mulheres negras tinham sido menos afetadas com a variação do desemprego, que passou de 20,5% para 20,7% no ano de 2015, cabe considerar que mais de 1/5 delas está em busca de trabalho e continuam em situação de desemprego. Novamente, os desafios do racismo institucional são potencializados quando se faz um recorte de gênero. A população negra é significativamente maior na população total da RMS, em 2011 os negros representavam 92,0% dos ocupados e 93,6% dos desempregados. Já no ano de 2014, a participação da população negra entre os ocupados permaneceu a mesma, enquanto diminuiu entre os desempregados. Ainda assim, mantém-se muito superior número de negros desempregados. Tal constatação é sobrepujada, ainda, pelo número de

mulheres negras desempregadas (48,8%), e pelos homens negros (44,8% dos desempregados).

Para os negros houve declínio da ocupação em todos os setores investigados pela pesquisa na Indústria de transformação (-2,9%), redução na Construção (-18,9%). A distribuição entre os setores investigados teve alterações substanciais entre 2014 e 2015. Registrou-se redução de importância no setor de Comércio de 19,1% para 18,9%, também redução na Construção, de 10,3% para 8,6%, aumento no setor dos Serviços de 60,3% para 62,6% e estabilidade da Indústria de transformação, que permaneceu com participação de 8,1% na estrutura ocupacional da população negra.

No que se refere à renda, apenas as mulheres negras tiveram aumento no rendimento no ano de 2015, nos anos anteriores todos os grupos tiveram aumentos nestes índices, porém com considerável diferença entre estes aumentos, enquanto para homens e mulheres negras o aumento do rendimento alcançou 1,9% em 2014 os não negros tiveram um acréscimo médio de 6,1%. O rendimento médio real da população negra é menor que o da não negra, a situação da renda das mulheres negras traz veracidade a essa afirmação. No ano de 2015, reduz-se novamente a diferença entre os rendimentos de negros e de não negros, mas pelo fato de que as perdas observadas pelo segundo grupo foram bem mais intensas que as do primeiro.

Entre 2014 e 2015, o rendimento médio real mensal dos negros passou de R\$ 1.409 para R\$ 1.401 e o dos não negros declinou de R\$ 2.194 para R\$ 1.785 No grupo dos negros, as mulheres elevaram seu rendimento, no período, de R\$ 1.200 para R\$ 1.231 e os homens diminuíram de R\$ 1.609 para R\$ 1.564. No grupo dos não negros, as mulheres reduziram seu rendimento de R\$ 1.898 para R\$ 1.556 e os homens de R\$ 2.474 para R\$ 2.017.

Tabela 3 - Rendimento Médio Real (1) dos Ocupados (2) no Trabalho Principal, por Raça/Cor e Sexo, Região Metropolitana de Salvador – 2014 – 2015

Posição na Ocupação	Total	Em reais de junho de 2016					
		Negros			Não Negros		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
2014							
Total de Ocupados	1.469	1.409	1.200	1.609	2.194	1.898	2.474
Total de Assalariados (3)	1.584	1.528	1.414	1.615	2.239	2.014	2.453
2015							
Total de Ocupados	1.429	1.401	1.231	1.564	1.785	1.556	2.017
Total de Assalariados (3)	1.518	1.494	1.406	1.566	1.800	1.667	1.927
Varição 2015/2014 (em %)							
Ocupados (2)	-2,7	-0,6	2,6	-2,8	-18,6	-18,0	-18,5
Assalariados (3)	-4,2	-2,2	-0,6	-3,0	-19,6	-17,2	-21,4

Fonte: PED-RMS (2015).

A diferença na renda entre negros e não negros é, certamente, um dos maiores marcadores da desigualdade racial dos nossos tempos. Essa desigualdade é histórica e se desdobra na estrutura social, influenciando no acesso da população negra a bens e serviços. A leitura feita pela PED-RMS possibilita o desenho de políticas e ações, não necessariamente governamentais, que objetivem a busca pela igualdade racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

301

Por muito tempo, teorias que tinham o objetivo de denunciar o mito da igualdade racial foram contestadas sobre a égide do imaginário coletivo que pregava a harmonia entre os povos, sobretudo pelas leituras midiáticas que contribuíram para a formação social do Brasil. Como a formação política do povo brasileiro se deu de forma fragmentada, os detentores da comunicação histórica - todos não negros - fizeram com que esse mito atravessasse os anos de modo que, até os dias de hoje, há que o defenda.

A obtenção de indicadores que refletem as dimensões sociais com profundidade, como é o caso deste trabalho baseado na PED-RMS, se traduz num movimento emancipador, capaz de construir as condições para a igualdade, um dos principais vetores de desenvolvimento.

As diferenças evidenciadas nas condições, tanto de ocupação quanto de rendimento, entre negros e não negros é real. Os indicadores colocam em evidência a necessidade de pautar agendas que possam se desdobrar em políticas que garantam a igualdade sem discriminação de gênero e raça, assim como assegura a Constituição Federal do Brasil. O enfrentamento do racismo institucional/sistêmico perpassa pelo uso de tais

indicares e resultados, de maneira particular, investigando as particularidades de gênero.

As propostas de eliminação do racismo, sejam estas provenientes da esfera pública ou privada, precisam reconhecer o racismo como condição estruturante, para além do pontual, entendendo que a formação social brasileira está imbricada nestes processos excludentes de gênero e raça. A relação estruturante que conforma as relações de trabalho em RMS, não obstante em todo o Brasil, tem criado um ciclo de desumanização da população, tendo reflexos em diversas camadas da sociedade, como educação, saúde e violência.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 11. ed. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

CUNHA, Sívio Humberto dos Passos. *Um retrato fie da Bahia: Sociedade-Racismo-Economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871 – 1902*. Doutorado em Economia. Campinas: Faculdade de Economia, Universidade de Campinas, 2004.

DE CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso. Como anda Salvador e sua região metropolitana. SciELO-EDUFBA, 2008.

FRANCO, Fernando S. et al. Monitoramento Qualitativo de Impacto. Desenvolvimento de Indicadores para a Extensão Rural no Nordeste do Brasil. Berlim / Fortaleza / Recife, 2000.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970. (Coleção Biblioteca Universitária, Série 2a, Ciências Sociais, v. 23).

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

HALL, Stuart. Race, articulation and societies structured in dominance. Policing the Crisis. London: Macmillan, 1978.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Ed. Universidade, 1963.

JACCOUD, Luciana de Barros e BEGHIN, Nathalie. Um balanço da intervenção pública no enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil. Brasília: IPEA, 2002.

JONES, Camara Phyllis. Confronting institutionalized racism. *Phylon* (1960), p. 7-22, 2002.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MERRY, Sally. Engle. Measuring the World: Indicators, Human Rights, and Global Governance. *Current Anthropology Volume 52, Supplement 3*, 2011.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

303

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional – 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. Tomo III, v. 1. São Paulo: DIFEL, 1975.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. *Estatística básica*. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1994.

TROYANO, A. A. et al. A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa Fundação Seade/Dieese. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 2-6, jan./abr. 1985.

WERNECK, Jurema et al. *Racismo institucional: uma abordagem conceitual*. Geledés–Instituto da Mulher Negra. São Paulo: Trama Design, 2013.

